



## Senado votará medidas em resposta à crise na Venezuela

Há duas propostas sobre a mesa: censurar o presidente do país e formar uma comissão para tentar ajudar no diálogo entre governo e oposição

A primeira proposta, do senador Jorge Viana, pretende que uma comissão a ser chefiada por Fernando Collor visite a Venezuela para oferecer-se como mediador entre as principais forças políticas neste momento de crise política, institucional e econômica. A segunda proposta, do senador Ricardo Ferraço, vai em outra direção: requer ao Senado que censure o presidente Nicolás Maduro pela ruptura da ordem constitucional representada pelo cerceamento do Parlamento democraticamente eleito. Para Collor, as duas medidas são excludentes, e a Casa terá que escolher uma. **3**



Senadores Jorge Viana e Ricardo Ferraço concordam, em relação à crise na Venezuela, que o país está à beira de uma guerra civil e que o Senado não pode se omitir

Gerardo Magela/Agência Senado — 25/11/2015



Roberto Rocha fala na CPI, ao lado de Alcolumbre, João Alberto e Petecão

Roque de Sá/Agência Senado — 2/8/2017

### Senadores poderão investigar operação do BNDES com grupo JBS

A CPI do BNDES define amanhã o plano de trabalho, que inclui, além de pedidos de informações e depoimentos, viagens aos países que receberam empréstimos do

banco. O relator, Roberto Rocha, defende que também seja investigada uma linha de crédito para a internacionalização de empresas do grupo JBS, de Joesley e Wesley Batista. **3**

### Segurança pública pode receber 2% da arrecadação das loterias

Projeto que tramita na Comissão de Constituição e Justiça destina 2% da arrecadação bruta das loterias federais aos fundos de segu-

rança pública dos estados e do Distrito Federal. Pela arrecadação do exercício de 2016, a destinação seria de R\$ 257 milhões. **3**



Recursos deverão ser repassados mensalmente direto aos fundos dos estados

Elin Fiza/Agência Brasil

### Audiência discutirá Programa Especial Brasileiro **4**

### Governo revoga três MPs e libera pauta de votação **2**

### Texto aumenta verba de cidades com mineração **3**

### Pessoa com doença motora poderá ter auxílio do SUS **4**

### CPI ouvirá municípios que devem à Previdência

A CPI da Previdência ouve hoje representantes dos procuradores da Fazenda e dos municípios que estão entre os cinco maiores devedores de contribuições ao sistema pre-

videnciário. A comissão está autorizada a funcionar até 8 de setembro, mas seu relator, Hélio José, anunciou que o prazo de funcionamento deve ser prorrogado até o fim do ano. **4**



Comissão presidida por Paim (C) debate hoje com representantes de Manaus, São Paulo e Guarulhos e do estado do Rio

Pietro França/Agência Senado — 10/7/2017

### Comissão da violência contra a mulher define plano de trabalho

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher deverá debater a violência doméstica e alienação parental contra estrangeiras residentes no Brasil.

O requerimento para a audiência, da senadora Vanessa Grazziotin, é um dos itens a serem definidos na quarta-feira, quando o colegiado discute o plano de trabalho da relatora, deputada Luizianne Lins.

Na reunião, também serão apresentadas as atividades do Observatório da Mulher contra a Violência. **2**



Rose, vice-presidente da comissão mista que debate violência doméstica

Pillar Pedreira/Agência Senado — 10/5/2017



# Violência contra a mulher: comissão define calendário

Colegiado formado por senadores e deputados tem reunião na quarta-feira para discutir plano de trabalho e analisar a realização de audiências para debater o tema da violência de gênero

A REALIZAÇÃO DE uma audiência para debater violência doméstica, danos morais e alienação parental contra estrangeiras residentes no Brasil deve ser uma das primeiras atividades da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. O requerimento para o debate é da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Na quarta-feira, o colegiado se reúne para discutir o plano de trabalho da relatora, deputada Luizianne Lins (PT-CE).

Na reunião, também serão apresentadas as atividades do Observatório da Mulher contra a Violência. Senadores e deputados devem conhecer, ainda, os resultados da pesquisa *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*, realizada pelo DataSenado e pelo Observatório da Mulher.

Entre os requerimentos que pedem informações ao governo ou sugerem a realização de audiências e seminários, está o da deputada Luizianne Lins, que propõe a realização do 14º

Seminário LGBT do Congresso Nacional.

A comissão foi criada em 2014 e tem como atribuições apresentar propostas para a consolidação de políticas de enfrentamento da violência contra a mulher e a realização de eventos com foco ao combate à violência e às questões de gênero. São 27 deputados e 10 senadores como titulares, com a mesma quantidade de suplentes. A deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA) preside a comissão.



A vice da comissão, Rose de Freitas, cumprimenta a presidente, Elcione Barbalho, ao lado de Luizianne Lins

## Temer revoga três MPs que trancavam a pauta

O presidente Michel Temer revogou as Medidas Provisórias 772, 773 e 774, editadas em março, por meio da edição de uma nova medida provisória (MP 794/2017), publicada um dia antes do final de vigência das MPs revogadas.

As três MPs já tramitavam na Câmara, depois de passarem por comissões mistas. Elas trancavam a pauta do Plenário e não havia tempo hábil para que fossem votadas pela Câmara e depois pelo Senado.

Além do prazo exíguo, o governo alegou que a revogação permite a liberação da pauta da Câmara para a votação de propostas consideradas importantes para a "retomada do crescimento econômico e das reformas estruturantes de que o Brasil precisa".

Temer disse que a revogação de uma MP com o objetivo de desobstruir a pauta de votação da Câmara ou do Senado é admitida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que já discutiu a questão.

### Desoneração

A mais importante das MPs para o governo era a 774/2017, que acabou com a desoneração da folha de pagamento para 50 setores e manteve o benefício para outros seis, entre eles o de tecnologia da informação, o hoteleiro e o de *call centers*. O governo esperava arrecadar R\$ 4,8 bilhões somente neste ano com a transformação da MP em lei, e R\$ 12,5 bilhões em 2018.

Com a revogação da norma, as empresas que vinham

contribuindo com a alíquota de 20% sobre a folha salarial voltam a ter o direito de opção pela contribuição sobre a receita bruta, nas condições previstas na Lei 12.546/2011 — a alíquota varia conforme a atividade econômica.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que o governo prepara um projeto de lei propondo novamente a reoneração da folha de pagamento.

A MP 772/2017 endurecia a punição para os frigoríficos que não respeitassem regras sanitárias. A MP 773/2017 autorizou prefeitos e governadores a usar na educação dinheiro que receberam da repatriação de recursos do exterior.

Da Agência Câmara

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

**PLENÁRIO Sessão não deliberativa**  
14h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

**CPI DA PREVIDÊNCIA Devedores**  
14h30 Audiência com representantes de alguns dos municípios e estados que mais devem à Previdência.

**PALESTRA Professor premiado**  
15h No Petrônio Portella, palestra de Wemerson Nogueira, eleito um dos 10 melhores professores do mundo na 3ª Edição do Global Teacher Prize.

**CDH Situação de universidades**  
9h Audiência sobre a situação financeira da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

TERÇA

**CI Investimento em transportes**  
9h Na pauta de 8 itens, projeto que vincula investimento em transportes à viabilidade econômica.

**CAE Presidência da CVM**  
10h Sabatina de Marcelo Santos Barbosa, indicado para o cargo de presidente da Comissão de Valores Mobiliários. Depois, pauta de 12 itens.

**CE Antecipação de feriados**  
11h30 O PLS 389/2016, que antecipa a comemoração de feriados, é um dos 14 itens da pauta.

**CMA Exploração de recursos minerais**  
11h30 Entre os 9 itens da pauta, o PLS 63/2017, que agrava pena para exploração irregular de recursos minerais, e o PLS 537/2011, que estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais.

**CAS Medicamentos**  
14h Audiência para debater questões relacionadas à intercambialidade entre medicamentos biológicos e biossimilares.

**REUNIÃO DE LÍDERES Pauta**  
14h30 Reunião para definir a pauta de votações da semana.

**CPI DO BNDES Calendário**  
15h A CPI vota plano de trabalho.

**MP 781/2017 Fundo Penitenciário**  
15h A comissão da MP, que autoriza repasse do Fundo Penitenciário a estados e municípios, vota relatório.

QUARTA

**CMO Diretrizes orçamentárias**  
15h30 A comissão tem pauta com 4 itens, entre eles projetos de créditos especiais e de alteração na LDO de 2017.

**CCT Programa espacial**  
8h30 Audiência interativa com o comandante da Aeronáutica, Nivaldo Luiz Rosato, para debater o Programa Espacial Brasileiro e assuntos da pasta.

**CAS Proteção do emprego**  
9h Discussão de 12 itens. Entre eles, projeto sobre a proteção do emprego contra demissão arbitrária ou sem justa causa.

**CRA Defesa dos animais**  
14h Audiência interativa para debater propostas sobre proteção e defesa do bem-estar dos animais.

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Plano**  
14h30 Apresentação do plano de trabalho para 2017 e votação de requerimentos

**PARLASUL Adesão da Bolívia**  
14h30 Entre os 6 itens a serem debatidos pela Representação Brasileira, está a mensagem referente ao texto do Protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul. Na sequência, audiência pública para debater o papel da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

**MP 780/2017 Débitos não tributários**  
14h30 Comissão mista avalia o relatório sobre a medida provisória, que institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal.

**MP 785/2017 Novo Fies**  
14h30 Análise de requerimentos e do plano de trabalho da comissão mista que analisa medida provisória sobre novo financiamento estudantil de nível superior.

**MP 777/2016 Contratos do BNDES**  
15h Leitura do relatório da comissão mista sobre nova taxa para contratos do BNDES.

QUINTA

**CMO Ministro da Saúde**  
10h30 Audiência pública com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, para esclarecimentos sobre o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>  
• **Alô Senado:** 0800 612211  
• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)  
• **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burlle  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Senado decide amanhã sobre crise na Venezuela

Duas alternativas estão em discussão: um voto de censura contra o presidente Maduro, requerido por Ricardo Ferraço, e uma comissão para ajudar oposição e governo a dialogar, proposta por Jorge Viana

A POSIÇÃO DO Senado sobre a crise na Venezuela poderá ser definida amanhã. Estão em pauta dois requerimentos sobre a questão. Um deles, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), pede voto de censura contra o presidente do país, Nicolás Maduro. Apoiado por vários senadores, o texto afirma que Maduro tem adotado posturas arbitrárias e afrontado princípios democráticos e tratados internacionais dos quais o Brasil faz parte.

Outro requerimento, de Jorge Viana (PT-AC), já aprovado na Comissão de Relações Exteriores (CRE), pede que seja criada uma comissão externa, a ser presidida pelo presidente do colegiado, Fernando Collor (PTC-AL), que poderia ir ao país vizinho ajudar no diálogo entre governo e oposição.

## Violência cresce

A crise política na Venezuela aprofundou-se desde maio, quando Maduro, que perdeu as eleições legislativas, convocou uma nova constituinte. O processo eleitoral foi boicotado pela oposição, e protestos de rua já resultaram em mais de 100 mortes. Organizações internacionais de defesa dos direitos humanos têm denunciado a repressão no país. Há líderes opositores presos, enquanto a procuradora-geral da Venezuela, Luisa Ortega Díaz, foi destituída pela Assembleia Constituinte, cujos integrantes são todos partidários de Maduro. O governo



Fernando Collor, que poderá presidir comissão a ser enviada à Venezuela

brasileiro, por sua vez, atuou para suspender o país do bloco do Mercosul, com base na cláusula democrática.

Para Ferraço, o governo Maduro opera ilegalmente para que opositores sejam presos, citando especificamente casos de líderes como Antonio Ledezma (ex-prefeito de Caracas) e Leopoldo López (ex-prefeito de Chacao).

## Ruptura

O senador também considera uma ruptura da ordem constitucional a retirada de poderes da Assembleia Nacional, o Parlamento, cuja maioria de deputados pertence à coligação Mesa de la Unidad Democrática (oposicionista), em detrimento da nova Assembleia Constituinte.

Ele também menciona a crise econômica, citando um levantamento do Fundo Monetário Internacional (FMI) que aponta queda do

produto interno bruto (PIB) da Venezuela de 30% desde 2014. Além disso, o país enfrenta um quadro de hiperinflação.

Em relação à comissão aprovada pela CRE e pendente do aval do Plenário, ela tem como intuito, segundo Viana, buscar soluções.

— A situação tem se agravado, e talvez o país esteja próximo de uma guerra civil. Não há mais entendimento ou tolerância entre as forças políticas.

## Opções excludentes

Collor disse que o Senado terá de optar entre o requerimento da CRE, de criação da comissão externa, e o de Ferraço, pelo voto de censura.

— Como poderemos ir à Venezuela numa missão de bons ofícios caso também seja aprovado um voto de censura? Será uma discrepância de atitudes, uma contradição — afirmou Collor.

## CPI sobre operações do BNDES fecha plano de trabalho amanhã

O plano de trabalho da CPI do BNDES será apresentado amanhã por Davi Alcolumbre (DEM-AP) e Roberto Rocha (PSB-MA), presidente e relator do colegiado. A programação foi discutida com técnicos e deve incluir, além de pedidos de informações e depoimentos, viagens aos países que receberam empréstimos do banco. A reunião está marcada para as 15h.

Também serão convidados a reforçar a equipe técnica da CPI especialistas do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU) e de outros órgãos de controle externo, consultores do Senado e consultores de Orçamento do Congresso Nacional.

A CPI do BNDES foi instalada no dia 2 e tem 180 dias

para concluir os trabalhos. A comissão foi criada para investigar denúncias de irregularidades nos empréstimos concedidos pelo banco no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais.

Roberto Rocha quer atenção especial à linha de crédito para a internacionalização de empresas operada a partir de 2007. Uma investigação do TCU estimou em R\$ 711 milhões o prejuízo de uma parceria internacional do BNDES com o grupo JBS, dos irmãos Joesley e Wesley Batista. Os empresários devem ser convidados a falar na CPI, mas, segundo o relator, não devem ser o foco principal das investigações.

A reunião será no plenário 19 da Ala Alexandre Costa.

## Projeto destina 2% de loterias à segurança pública

Os fundos de segurança pública dos estados e do Distrito Federal poderão contar com 2% da arrecadação bruta mensal das loterias federais. É o que prevê um projeto de Ronaldo Caiado (DEM-GO) que aguarda o recebimento de emendas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O PLS 248/2017 estabelece que o percentual será deduzido dos valores destinados aos prêmios brutos das loterias.

Os recursos serão rateados entre os fundos instituídos até o último dia do segundo mês anterior ao da apuração, na proporção dos respectivos coeficientes de participação individual no Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Considerando a arrecadação do ano de 2016 (R\$ 12,85 bilhões) e que todas as unidades da Federação já tenham instituído seus fundos

## Comissão analisa MP sobre os repasses do Fundo Penitenciário

A comissão mista que analisa a medida provisória sobre a transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios (MPV 781/2017) reúne-se amanhã para votar o relatório do deputado Victor Mendes (PSD-MA).

O projeto de conversão da MP estabelece que 60% dos recursos serão destinados aos fundos penitenciários dos estados e do Distrito Federal, de forma proporcional à respectiva população carcerária. Os 40% restantes serão destinados aos fundos municipais, seguindo o mesmo critério.

O aporte maior aos estados decorre da necessidade de realização de obras para construção de estabelecimentos prisionais e do grande déficit de vagas nos estabelecimentos já existentes. O percentual destinado aos

municípios será aplicado em programas de reinserção de ex-presidiários e de alternativas penais à prisão.

A MP, que teve a vigência prorrogada até 3 de outubro, agiliza a transferência de recursos aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal. A proposição também acrescenta uma série de novas despesas que poderão ser custeadas com o fundo, entre elas a manutenção de serviços penitenciários, a reinserção social de presos e políticas de redução da criminalidade.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, a população carcerária brasileira ultrapassou 710 mil presos e há um déficit de mais 300 mil vagas no sistema. O grau de reincidência em crimes atinge 70%. A proposta estabelece ainda que o repasse será obrigatório e independente de convênio.

## Proposta pode aumentar receita de municípios com mineração

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar amanhã projeto que busca aumentar a arrecadação de estados e municípios com royalties da mineração.

O PLS 1/2011, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), altera a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem). Mineradoras pagam a Cfem a municípios, estados e União pela exploração de jazidas. A compensação passaria a ser calculada com base no faturamento bruto

da mineradora, e não no faturamento líquido, como é hoje. Segundo o relator, Roberto Rocha (PSB-MA), atualmente, “dependendo do montante de despesas que a mineradora conseguir deduzir, a base de cálculo da Cfem pode se tornar irrisória”.

O projeto prevê novas alíquotas e a distribuição da receita da Cfem, que ficaria 50% para municípios, 30% para estados, 10% para a União e 10% restantes para os municípios afetados pela atividade de mineração.



Caiado quer fortalecer capacidade gerencial dos estados em segurança pública



# CPI da Previdência ouve hoje municípios devedores

Procuradores da Fazenda e representantes do estado do Rio de Janeiro e de municípios como São Paulo, Guarulhos e Manaus participam de audiência em comissão parlamentar de inquérito

REPRESENTANTES DOS PROCURADORES da Fazenda e dos municípios que estão entre os cinco maiores devedores de contribuições ao sistema previdenciário serão ouvidos hoje, às 14h30, na CPI da Previdência.

Foram convidados para o debate o secretário da Fazenda de Guarulhos (SP), Peterson Ruan, o presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), Achilles Frias, e representantes das prefeituras de Manaus e São Paulo e do estado do Rio de Janeiro.

Instalada em abril, a comissão parlamentar de inquérito realizou 20 audiências públicas, em que foram ouvidos especialistas, procuradores, juízes, entidades sindicais

do setor público e privado e empresas incluídas entre as maiores devedoras da Previdência.

## Prorrogação

A CPI está autorizada a funcionar até 8 de setembro, mas deve ter o prazo de funcionamento prorrogado até o

fim do ano. O anúncio foi feito pelo relator da comissão, Hélio José (PMDB-DF), durante a audiência pública realizada no dia 7.

De acordo com o presidente da CPI, Paulo Paim (PT-RS), já há mais de 50 assinaturas pedindo a prorrogação dos trabalhos da CPI.



Hélio José (E), ao lado de Paim, anunciou que comissão deve ser prorrogada

Pedro França - 29/6/2017

## Audiência vai debater programa espacial na quarta

O Programa Espacial Brasileiro e assuntos da aeronáutica serão debatidos nesta quarta-feira em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O pedido para o debate é de Otto Alencar (PSD-BA) e contará com a participação do comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Nivaldo Luiz Rossato. A reunião

terá início às 8h30.

As diretrizes para os projetos nacionais no setor estão definidos na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), instituída pelo Decreto 1.332/1994.

O Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) é o principal instrumento de planejamento por períodos de dez anos, e a Agência Espacial Brasileira (AEB) é o órgão

responsável pela coordenação geral do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (Sindae).

A audiência será realizada na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa e será aberta à participação da sociedade por meio dos canais de interatividade do Senado.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Projeto obriga condôminos a pagarem manutenção

Os moradores de condomínios fechados poderão ser obrigados a dividir os custos dos serviços de manutenção dos espaços comuns, mesmo que não façam parte da associação de moradores que administra o local.

É o que determina o PLS 183/2017, que torna obrigatório que o proprietário do lote custeie as despesas da associação de moradores responsável por administrar o espaço e os equipamentos de uso comum do loteamento de acesso controlado.

### Comunicação

Os proprietários dos lotes ou ocupantes não associados deverão ser comunicados previamente das deliberações de seu interesse da mesma forma que os associados.

Ficam dispensados dessa obrigação os proprietários ou ocupantes de lotes que, por sua localização, não se aproveitem da estrutura e dos serviços da associação.

A importância a ser restituída jamais excederá os valores das contribuições devidas pelos associados e deverá ser cobrada em parcelas e datas iguais, estabelece o projeto.

A proposta, que altera a Lei 6.766/1979, é de Jorge Viana (PT-AC) e aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O senador observa que o projeto não se destina a regularizar loteamentos irregulares, tampouco autoriza o fechamento dos loteamentos, matéria a ser tratada pelo próprio município.

### Associação

“O que se está estabelecendo é que, no caso de o município autorizar que as ruas sejam administradas pela associação de moradores do local, haverá a obrigatoriedade de os proprietários dos lotes contribuírem para o custeio das despesas, sob pena de enriquecimento sem causa”, explica Viana na justificativa do projeto.

O autor observa ainda que a importância do projeto fica realçada quando se considera que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), exatamente em razão da falta de lei específica sobre o tema, entendeu que não havia o dever de contribuição por parte dos titulares dos lotes, a menos que eles sejam associados.

### Benefícios

“Isso, porém, ignora a realidade de que os titulares desses lotes se beneficiam dos serviços e bens prestados pela associação de moradores, seja por conta da valorização dos seus bens, seja pelo proveito da segurança e da comodidade daí decorrentes”, observa Viana.

O senador acrescenta que serviços como jardinagem e pavimentação de ruas, por exemplo, são benefícios que chegam a todos os moradores do condomínio, mas que são custeados apenas pelos associados.

## Comissão votará padrões mínimos para a construção de escolas

As escolas da educação básica deverão obedecer a padrões mínimos de construção, segundo o Projeto de Lei do Senado (PLS) 525/2009, que está na pauta de amanhã da Comissão de Educação (CE).

O projeto, do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), prevê que a União terá que definir condições adequadas de funcionamento para as escolas, relativas à construção e aos materiais pedagógicos.

O objetivo é garantir um padrão mínimo nacional de qualidade do ensino nos níveis fundamental e médio.

O projeto tem parecer favorável da relatora, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP). Marta alterou dispositivo da proposta segundo o qual governadores e prefeitos que não fizessem essa cobrança às suas redes de ensino poderiam ser punidos com a inelegibilidade para mandatos futuros e para outros

cargos. Segundo a senadora, essa norma poderia ser contestada na Justiça, e, por isso, ela retirou a punição do texto. O projeto é terminativo na CE, isto é, não precisará ir para o Plenário do Senado se não houver recurso para tal.

### Feriados

Outra proposta na pauta da CE é o projeto que prevê a antecipação de feriados.

O PLS 389/2016 estabelece que os feriados nacionais serão comemorados antecipadamente às segundas-feiras. Ficam fora dessa regra os seguintes feriados: 1º de janeiro, Carnaval, Sexta-Feira Santa, Dia do Trabalho, Corpus Christi, 7 de Setembro, 12 de Outubro, Natal e os que ocorrerem aos sábados e domingos.

O projeto é de autoria do senador Dário Berger (PMDB-SC) e tem voto favorável do relator, senador Hélio José (PMDB-DF).

## Paciente com paralisia motora poderá ter assistência pelo SUS

Proposta que assegura a assistência, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a pessoas com paralisia motora decorrente de doenças neuromusculares, como as distrofias musculares e a esclerose lateral amiotrófica, deve ser analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 42/2017 determina que esses pacientes receberão o SUS medicamentos e equipamentos essenciais a sua sobrevivência, incluindo os destinados ao tratamento de doenças que se desenvolverem a partir da enfermidade inicial.

O rol das doenças neuromusculares, dos medicamentos e dos equipamentos que serão contemplados pela lei, caso aprovada, serão definidos em regulamento. A autora do projeto, deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), menciona o ventilador volumétrico e o auxiliar de tosse, para dificuldades respiratórias.

O projeto estabelece que remédios e equipamentos poderão ser enviados, sem custo, para a casa do paciente ou instituição onde vive, que também terá direito a receber informações sobre a disponibilidade desses medicamentos e equipamentos. O projeto impõe à União que fomente pesquisas na área de doenças neuromusculares.

O relator, Romário (PoderRJ), salientou que a Constituição e a Lei Orgânica da Saúde preveem o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas de saúde, mas sem prejuízo dos serviços assistenciais terapêuticos.

O senador apresentou emenda para obrigar o SUS a dispor de serviços com capacidade de definir o diagnóstico das doenças em questão. Romário argumenta que a medida facilitará um tratamento tempestivo e específico para cada doença, “o que certamente melhorará o prognóstico e a qualidade de vida dos pacientes”.



Romário quer que SUS tenha equipamentos que facilitem diagnóstico

Pedro França - 21/6/2017